

# MANOEL BOMFIM E A ANÁLISE DO LEGADO IBÉRICO A PARTIR DE UMA LEITURA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PELO MÉTODO CIENTÍFICO

Maria Emilia Prado

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Ao longo do século XIX os pensadores se debruçaram, prioritariamente, sobre as questões que envolviam a organização do Estado e suas instituições políticas e administrativas; uma vez que estava em jogo a consolidação da unidade territorial, a definição da forma de governo e constituição de um pacto político capaz de viabilizar o novo Estado que emergia dos movimentos pelo rompimento do estatuto colonial.<sup>1</sup> A crise do trabalho escravo e a onda imigratória iniciadas aos finais do século XIX, fizeram com que a maior parte das reflexões se centrasse na questão da integração nacional e nos instrumentos necessários à viabilização dessa integração. Nesse sentido os pensadores que se dedicaram às lutas destinadas a terminar com a escravidão, preocuparam-se em definir as medidas necessárias para se viabilizar essa integração nacional.

Os intelectuais brasileiros de Oitocentos guardavam a peculiaridade de conjugarem o exercício intelectual com a prática política. Esta última podia ser exercida na esfera do legislativo ou do executivo, por vezes em ambas. Na sua maior parte os intelectuais tinham formação jurídica e nesse sentido, Manuel Bomfim, um homem já dos finais do século XIX, insere-se numa outra tradição, que então se inicia, qual seja uma tradição científica.

Nascido em 1868 na cidade de Aracaju, então província de Sergipe, pertencente à família possuidora de engenho de açúcar, iniciou, aos 17 anos, seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia. Após a morte da filha, ocorrida no interior de São Paulo, dirigiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro abandonando a medicina. Passou a se dedicar ao estudo da Psicologia e da Pedagogia. Tornara-se, em 1896, professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Na administração Pereira Passos, Manoel Bomfim foi à Europa estudar Pedagogia e Psicologia, ocasião em que redigiu *América Latina – males de origem*. De volta ao Rio de Janeiro, foi nomeado diretor do Pedagogyum, bem como da Instrução Pública do Distrito Federal. Continuaria, portanto, a defender sua tese de que competia aos professores moldar a educação da infância e da juventude viabilizando, dessa forma, a construção do país.

A obra de Manoel Bomfim (Sussekind e Ventura, 1984) revela traços bastante

peculiares e suas análises se distinguem, em muitos aspectos, daquelas efetuadas por seus contemporâneos. Manoel Bomfim não se encontrava preocupado em oferecer diagnósticos da realidade brasileira para a partir deles indicar um receituário capaz de remediar este ou aquele mal. Propõe-se a buscar as origens dos problemas que afligiam o Brasil e a América Latina e que seriam os responsáveis pelo impasse sócio-político em que vivíamos.

Para análise da origem dos problemas que dificultavam e por vezes chegavam mesmo a impedir que o Brasil pudesse construir uma nação marcada pela vigência dos princípios liberais e democráticos, Manoel Bomfim recorreria aos conceitos da Biologia, de modo a tornar mais explícitas as críticas que empreendia. O recurso aos conceitos e a uma terminologia própria das ciências naturais ou exatas para se explicar os fatos sociais remonta no Brasil, grosso modo, aos anos de 1870, momento em que penetrou de modo intenso na sociedade brasileira e na intelectualidade, em particular, os preceitos do positivismo.

Esse «bando de idéias novas», como as definiu Sílvio Romero, influenciaram, decisivamente, embora de forma diversa, nosso ambiente acadêmico de norte a sul. A denominada «Escola do Recife» foi, a um só tempo, local onde se procurava consolidar a resistência contra o liberalismo romântico e foi também a expressão mais visível desse movimento contestatório no norte do país. O positivismo penetrou fundo na «Escola do Recife», especialmente nos escritos de Sílvio Romero (Romero, 1878). Não havia, porém, coesão quanto à adoção dos postulados positivistas, uma vez que Tobias Monteiro outro dos arautos da Escola do Recife se encontrava mais inclinado à adoção do culturalismo alemão. Ao sul do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) o positivismo em sua vertente heterodoxa e o evolucionismo de Herbert Spencer penetraria com maior intensidade nos meios intelectuais.

*América Latina - males de origem* constituiu-se num ensaio onde Bomfim pretendeu refutar as concepções que os europeus tinham sobre a Latinoamérica, procurando contestar ser esta apenas uma terra de escândalos e de desonestidade. Bomfim condenava essa postura mas reconhecia que era inegável nosso atraso. Afirmava que:

*A América do Sul mantém a reputação de ser o continente mais rico do Globo*

mas devido às constantes mudanças de governo, levantes, lutas políticas freqüentemente à mão armada os europeus se permitem proclamar que

*as repúblicas sul-americanas são afetadas de cesarismo crônico e estão por isso perdidas (Bomfim, 1993, p. 38).*

De nada adianta, continuava Bonfim que:

*haja países como o Brasil, onde, dentre todos os presidentes de conselho, não houve um só que não fosse considerado e reconhecido como homem probo e limpo, vivendo dos seus próprios recursos e todos geralmente pobres? (Bonfim, 1993, p. 42).*

Continuávamos sendo tratados como criança a quem se repete continuamente *não prestas para nada, nunca serás nada (Bonfim, 1993, p. 43).*

Por ora, afirmava ele, «preserva-nos a teoria de Monroe» para advertir em seguida, «nada nos garante que a grande república queira manter para sempre, esse papel de salvaguarda» e findava por indicar o grave erro em nos consolarmos com essa proteção,

*a soberania de um povo está anulada do momento em que ele se tem de acolher à proteção de outro. Defendendo-nos, a América do Norte irá fatalmente, absorvendo-nos (Bonfim, 1993, p. 45).*

E concluía afirmando não ser essa absorção consequência de um planejamento efetuado pelos governantes norte-americanos mas consequência natural da situação de «protegido e protetor».

*Manoel Bonfim em momento algum refuta as interpretações feitas sobre a América Latina e o Brasil em especial. Reconhece o nosso atraso, recusava, porém, os diagnósticos apresentados como responsáveis por esse atraso: instabilidade dos governos, revoluções frequentes, irregularidade do câmbio, do papel moeda inconversível, da falta de braços. Diagnósticos esses, alertava, feitos não apenas pelos europeus mas também pelos nossos estadistas de «reduzida vista» (Bonfim, 1993, p. 50).*

À semelhança do que anos antes fizeram José Bonifácio e Joaquim Nabuco, de modo diverso, Manoel Bonfim procurou encontrar as raízes desse atraso, os entraves que tem nos impedido de construir uma sociedade liberal, democrática e integradora. Diferentemente de Joaquim Nabuco que localizou na escravidão a raiz de todos os males ou de José Bonifácio que quase um século antes alertava para a impossibilidade de se construir um país moderno com escravidão, Manoel Bonfim procuraria as razões desse atraso no processo colonial e no caráter dos povos colonizados. Evidente que a escravidão não fora desconsiderada, mas alertava:

*aparentemente, não há nada que justifique ou explique esse atraso em se vêem, as dificuldades que têm encontrado no seu desenvolvimento. O meio é propício, e por isso mesmo, diante desta anomalia, o sociólogo não pode deixar de voltar-se para o passado a fim de buscar as causas dos males presentes. É nesse passado, nas condições de formação das nacionalidades sul-americanas, que reside a verdadeira causa das suas perturbações atuais (Bomfim, 1993, p. 53).*

Ao voltar-se para os países colonizadores, Bomfim identificava neles os mesmos males que afetam os países da América Latina. O mesmo atraso,

*uma geral desorientação, um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e sobretudo uma fraqueza (Bomfim, 1993, p. 54).*

Recusando-se a operar com as teorias raciais tão em voga nesse momento e que creditavam à mestiçagem a responsabilidade sobre problemas enfrentados pelos países latino-americanos, Manoel Bomfim recorria, no entanto, também à ciência na tentativa de compreender as razões do nosso imobilismo e da incapacidade de nos tornarmos países similares aos da Europa Ocidental. Antes de proceder à análise do passado colonial e dos colonizadores, procurou tecer algumas considerações sobre o significado do recurso à biologia.

*Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vezo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos (Bomfim, 1993, p. 51).*

Ao mesmo tempo em que acusava esse desgaste e esta descrença, Bomfim procurava esclarecer que o erro não estava em se utilizar os conceitos da Biologia para aplica-los à sociedade mas sim em fazer isto de forma simplista, tratando a sociedade como se esta fosse um mero organismo biológico pois estas dependem de leis biológicas mas também de leis sociais, sendo portanto mais complexas do que os organismos vivos, objetos das análises biológicas. De toda maneira, procurava reafirmar que as sociedades precisam ser vistas como «organismos» sujeitos portanto a leis categóricas. É isto o que tornava a sociologia uma ciência, ou seja

*o estudo de um conjunto de fatos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou da química, fatos estreitamente dependentes e relacionados (Bomfim, 1993).*

Afirmava, assim, ser

*princípio fundamental e corriqueiro de biologia: que a função faz o órgão» e que os organismos sociais apesar de se regerem por leis peculiares a eles não podem estar «em oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular (Bomfim, 1993, p. 58).*

Proseguia em sua analogia afirmando que:

*uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza (...) vivendo parasitariamente, uma sociedade passa a viver às custas de iniquidades e extorsões; em vez de apurar os sentimentos de moralidade, que apertam os laços de sociabilidade (Bomfim, 1993, p. 59).*

Seria, portanto, na trajetória histórica da Península Ibérica que Manoel Bomfim procuraria encontrar as razões da incapacidade latino-americana de compreender o sentido da modernidade. Estaria no modo como se constituíram os países ibéricos as razões para uma determinada prática de colonização que por aqui deitou raízes. Recuaria às invasões cartaginesas do século IV para mostrar como durante oito séculos a Espanha, em particular, viveu em lutas permanentes que resultou numa educação guerreira e numa cultura intensiva dos instintos belicosos, o desenvolvimento das tendências depredadoras e a impossibilidade de se habituar ao trabalho pacífico. Essa cultura de conquistas e saques era, para Manoel Bomfim a característica mais marcante dos povos ibéricos.

Foi com base nessa tradição belicosa que Manoel Bomfim interpretou a maneira como os espanhóis conquistaram os impérios inca e asteca. Terminada a fase de depredação teria, então, início a do sedentarismo que para ele significava a fase da degenerescência. Alertava que para Portugal a conquista apresentou-se mais difícil em razão do tamanho do pequeno reino. Assinalava, no entanto, que o Brasil e a África foram colônias que permitiram a Portugal o exercício do sedentarismo. Do Brasil retirava os tributos, dízimos e monopólios, da África, o tráfico dos negros (cf. Bomfim, 1993, p. 104). Como resultado do parasitismo favorecido pelas conquistas, deu-se na Espanha a formação de uma aristocracia do dinheiro, capaz de abafar o desenvolvimento normal da sociedade. Igualmente em Portugal a vida produtiva estagnou e passou-se a viver dos lucros gerados nas colônias.

Manoel Bomfim viu nessa forma dos ibéricos conceberem o processo colonial, as raízes dos males que passariam a afligir de modo permanente a América Lati-

na. A herança ibérica de parasitismo e degenerescência era, segundo ele, a responsável pela incapacidade da América Latina de se construir enquanto um continente moderno e voltado para a difusão das atividades produtivas; propiciadoras do progresso para todos os seus habitantes.

Para Bomfim, mesmo quando deixamos de ser uma área colonial, a prática de se viver parasitariamente do trabalho de outrem, já havia se instalado. Lembremos, para o caso do Brasil, a concentração das terras em poucas mãos, a presença marcante das atividades agrária e por fim mas jamais por último a escravidão. Bomfim destaca o papel da escravidão como o meio utilizado para tornar mais viável o parasitismo. Ressaltava ele o fato de que:

*as classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos - negros - coagidos pelo açoite - adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível a viver com o mínimo de conforto e de alimentação (Bomfim, 1993, p. 126).*

Para Manoel Bomfim a escravidão guardava vínculos estreitos com o regime de colonização parasitária estabelecido pelos povos ibéricos, ou seja: na medida em que os ibéricos se encontravam acostumados à conquista e depredação eles não concebiam a possibilidade de se estabelecer qualquer forma de ocupação de um território que não implicasse em extrair daí o máximo de lucratividade com o mínimo de trabalho. Acreditava que se as riquezas existentes na América tivessem aqui permanecido e fossem aplicadas em melhorar a produção nas novas colônias elas teriam contribuído para construir a base da vida econômica de uma sociedade estável. Esse espírito do parasitismo e de depredação se encontrava presente também nos homens que vieram para a colônia, e esses homens eram aventureiros, especuladores desejosos do enriquecimento rápido e sem muito trabalho.

Ao explicar a lógica de funcionamento do Antigo Sistema Colonial, Manoel Bomfim atribuía a questões de natureza cultural a implantação de um sistema de exploração colonial onde o objetivo do colonizador era extrair o máximo das colônias não se preocupando em desenvolver nelas qualquer atividade produtiva capaz de propiciar a expansão de seu desenvolvimento. Não havia interesse com a formação para o trabalho e com o desenvolvimento de técnicas. Acostumados por séculos ao saque, espanhóis e portugueses objetivavam apenas extrair das colônias o maior lucro possível. Essa lógica, segundo ele, foi transplantada para as áreas coloniais e os que detinham o controle sobre as terras, a produção e o trabalho objetivavam também o lucro fácil. Na mesma linha de raciocínio que informava Joaquim Nabuco, concluiria que a escravidão foi a objeção moral, a degradação do

trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador e foi também a viciação da produção (cf. Bomfim, 1993, p.133). Compararia, por fim, a colonização ibérica com aquela empreendida na América do Norte demonstrando que esta última não foi vítima de um parasitismo integral. Lá chegou a existir a escravidão mas na América Latina aos efeitos gerados pela escravidão se somaram:

*as desastrosas conseqüências dos monopólios e privilégios, -os exclusivos mercantis, instituídos sobre o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às industriais manufatureiras tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular pela interdição de toda inovação progressista (Bomfim, 1993, p. 134).*

Diante desse quadro, a América Latina só podia ser caracterizada pela existência de lutas contínuas, pela perversão do senso moral, horror ao trabalho livre, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos.

Em momentos de crise, vive-se uma agitação generalizada e um reconhecimento de que algumas modificações precisam ser introduzidas nos costumes implantados nas sociedades latino-americanas mas, para tal, valem-se das leis e dessa forma acreditam que redigido um decreto a necessidade social sobre a qual legisla estaria resolvida. Esse modo de conceber o papel da legislação como agente de mudança resulta para Manoel Bomfim no fato de que as Constituições se sucedem sem que a sociedade delas tenha conhecimento. Ainda que retirando seus argumentos da Biologia, Manoel Bomfim defendia a tese, apoiando-se em Massart e E. Vandervalden, de que o parasitismo social diferia do biológico:

*os grupos parasitas se podem regenerar; tudo depende de que, uma vez reconhecida à causa da decadência, uma parte ao menos da sociedade se esforce para combatê-la - a essa causa - desabitando-se uns da vida parasitária contrariando as tendências, os hábitos e as tentativas desses que já não sabem nem podem viver, serão parasitariamente (Bomfim, 1993, p. 314).*

A educação se constituía, assim, no meio para se viabilizar a transformação dessa sociedade excludente numa nação capaz de proporcionar liberdade e cidadania a todos os seus membros. Capaz ainda de se impor ao mundo civilizado, leia-se Europa como um país operoso e progressista. A crença na educação como mecanismo transformador não era mais do que a crença na razão libertadora.

A educação seria, portanto, o instrumento capaz de dotar o povo dos meios necessários para se posicionar na condução das questões nacionais.

*Se faltam cidadãos para uma república, se faltam, ao país, homens em valor humano, procuremos formá-los. É a suprema virtude da educação (Bomfim, 1996, p. 542).*

Manoel Bomfim acreditava que teria de vir do povo à mudança que nos conduziria na direção do progresso.

*Todo o argumentado até aqui - Brasil na história, Brasil nação, que é a história de dois séculos, demonstra-nos que não se pode esperar - venha de cima a obra salvadora. A revolução tem de ser inicialmente contra a classe dirigente (Bomfim, 1996, p. 569).*

Entre *América Latina – males de origem* e o *Brasil Nação* podemos constatar significativa modificação no modo pelo qual Manoel Bomfim acreditava ser possível viabilizar a transformação das nações latino-americanas. Continuava fiel à sua crença na educação mas compreendia que seria impossível esperar dessa elite que retirava seu poder do parasitismo a predisposição em investir na educação nacional. Dessa maneira, em *Brasil Nação*, ainda que não abandonando sua crença na ilustração vislumbrava no movimento popular agrário um possível caminho de mudança à semelhança do que ocorrera no México.

## Referências bibliográficas

- Bomfim, M. (1993). *América Latina. Males de origem*, Rio de Janeiro: Topbooks, 4ta. ed.  
\_\_\_\_\_. (1996), *O Brasil Nação. Realidade da Soberania Nacional*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2da. ed.
- Prado, M.E. (1999), *O Estado como Vocação. Ideias e Práticas Políticas no Brasil Oitocentista*, Rio de Janeiro: ACESS.
- Romero, S. (1878), *A Filosofia no Brasil. Ensaio Crítico*. Porto Alegre: Tip. Da Deutsung.
- Sussekind, F. e R. Ventura (1984), «Uma teoria biológica da mais Valia?», em *História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manuel Bomfim*, São Paulo: Moderna.

## Notas

- <sup>1</sup> Sobre os intelectuais e suas reflexões no Brasil de Oitocentos cf. os trabalhos que compõem o livro organizado por Prado (1999).